

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO - PROGRAMA DE FORMAÇÃO
CONTINUADA ESCOLA DA TERRA

Ana Paula Slompo Ferreira
Fabiane dos Santos
Sandra Regina Mioranza Ferreira
Silvana Schmoller Ludvichak

AÇÕES PEDAGÓGICAS NAS TURMAS DE ALFABETIZAÇÃO MULTISSERIADAS
DA ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO ARACY MARQUES LINARES DE
GUARANIAÇU –PR.

Relato de Experiência apresentado ao curso de Aperfeiçoamento do Programa de Formação Continuada Escola da Terra da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS como requisito parcial para a conclusão do curso.
Orientador: Prof. Marcos Gherke

LARANJEIRAS DO SUL

2024

RESUMO: Este trabalho aborda as práticas pedagógicas implementadas nas turmas de alfabetização multisseriadas da Escola do Campo Aracy Marques Linares localizada na cidade de Guaraniaçu/ PR, destacando sua relevância e desafios enfrentados. As escolas rurais, frequentemente negligenciadas pelas políticas públicas, enfrentam obstáculos como o êxodo rural, falta de recursos e infraestrutura, e uma dinâmica de ensino multisseriada, onde um único professor atende a alunos de diferentes séries ou anos. A pesquisa baseou-se em materiais acadêmicos e bibliográficos que evidenciam o potencial dessas práticas educativas em contextos desafiadores. Embora as salas multisseriadas sejam muitas vezes estigmatizadas por seu potencial educacional limitado, o estudo busca destacar experiências bem-sucedidas que demonstram resultados satisfatórios e relevantes para a realidade local. A metodologia incluiu uma análise das práticas pedagógicas adaptadas às necessidades específicas das comunidades rurais. A ênfase foi colocada na integração de conhecimentos acadêmicos, experiências práticas e saberes locais dos professores, essencial para garantir um ensino de qualidade mesmo diante das adversidades. Este trabalho pretende, ao longo de sua execução, destacar aspectos positivos das estratégias pedagógicas implementadas, evidenciando como a educação nessas escolas pode ser eficaz e transformadora, proporcionando um ambiente de aprendizagem inclusivo e adequado às realidades complexas das comunidades rurais.

Palavra-chave: Escola do Campo Aracy Marques Linares. Multisseriadas. Estratégias pedagógicas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
BREVE HISTÓRICO E AS AÇÕES PEDAGÓGICAS: RELATO DA EXPERIÊNCIA DA ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO ARACY MARQUES LINARES.	6
CONSIDERAÇÕES FINAIS	12
REFERÊNCIAS	14

INTRODUÇÃO

O município de Guaraniaçu está situado no Oeste do estado do Paraná. Sua Área é de 1.238,320 km², e sua População Estimado pelo IBGE em 2021 é de 11.969 habitantes. O município conta com oito (8) escolas municipais, sendo sete (7) Educação Infantil e Ensino Fundamental I e uma (1) que atende apenas os Anos Inicias do Fundamental. Dessas escolas quatro (4) se encontram no perímetro urbano e as demais no âmbito rural.

Apenas três instituições de ensino do Município inseridas no Campo contam com o Ensino Multisseriado.

A Escola Municipal do Campo Aracy Marques Linares, situada na comunidade de Guaporé, a 33 km da sede de Guaraniaçu, Paraná, desempenha um papel crucial na educação local desde sua criação em 1992, inicialmente como Escola Municipal Jânio Quadros, e posteriormente, através da resolução 1534/2001, adotando o nome atual em homenagem a Aracy Marques Linares. Em 2012, pela resolução nº 2235/2012, a escola foi formalmente designada como Escola Municipal do Campo, refletindo sua localização rural e seu compromisso com a comunidade agrícola.

A escola enfrenta desafios significativos devido ao êxodo rural, que tem levado à diminuição da população local e, conseqüentemente, à redução no número de matrículas. A falta de políticas públicas eficazes para apoiar a permanência das famílias no campo e os avanços tecnológicos na agricultura têm contribuído para esse fenômeno, reduzindo a demanda por mão de obra agrícola.

Para lidar com a realidade de baixa demanda de alunos, a escola adotou o formato de classes multisseriadas, onde um único professor atende a estudantes de diferentes séries, garantindo assim a continuidade do ensino na comunidade. Essa abordagem não apenas otimiza os recursos disponíveis, mas também busca assegurar que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, incluindo aprendizado em leitura, escrita, matemática e outros conhecimentos essenciais.

A Escola Municipal do Campo Aracy Marques Linares demonstra um compromisso resiliente em enfrentar os desafios educacionais e sociais que caracterizam as áreas rurais. Através de práticas pedagógicas adaptadas e uma forte ligação com a comunidade local, a escola visa não apenas ensinar habilidades acadêmicas, mas também promover o desenvolvimento integral dos alunos, preparando-os para enfrentar os desafios futuros com confiança e competência.

O presente trabalho visa explorar as práticas pedagógicas nas escolas multisseriadas, um fenômeno educacional presente não apenas localmente, mas também em diversos países. Em contraste com as instituições urbanas, as escolas do campo frequentemente sofrem de negligência em diversos aspectos sociais e educacionais, perpetuando estereótipos que limitam o potencial dos alunos rurais.

A educação multisseriada, segundo Hage (2005), pode desempenhar um papel crucial na retenção dos habitantes no campo, oferecendo-lhes uma educação contextualizada e relevante para sua realidade. No entanto, as disparidades entre contextos urbanos e rurais muitas vezes são mal compreendidas e desvalorizadas, criando uma imagem distorcida das comunidades rurais.

Em relação às práticas pedagógicas, estas são complexas e diversificadas, moldadas pelas experiências pessoais dos educadores, suas interações sociais e valores éticos. A formação de um educador, como observado por Arroyo (2000), vai além da academia e é profundamente influenciada pelas circunstâncias de vida e pelas oportunidades disponíveis.

Este estudo se propõe a destacar as iniciativas pedagógicas desenvolvidas na Escola Municipal do Campo Aracy Marques Linares de Guaraniaçu – PR nas turmas de alfabetização multisseriada, conforme colocadas em práticas no mês de junho de 2024. Assim, foi possível observar como os desafios são enfrentados diariamente perante as turmas heterogêneas e buscando proporcionar uma educação integral aos discentes. Utilizando metodologia bibliográfica, incluindo leituras e análises de fontes variadas como artigos científicos e dissertações de mestrado, o trabalho busca apresentar um panorama das práticas educativas adaptadas às especificidades das comunidades rurais.

Em síntese, este trabalho pretende contribuir para uma compreensão mais profunda das dinâmicas educacionais nas escolas do campo, destacando a importância de práticas pedagógicas inclusivas e contextualizadas para o desenvolvimento dos (as) discentes em ambientes rurais.

BREVE HISTÓRICO E AS AÇÕES PEDAGÓGICAS: RELATO DA EXPERIÊNCIA DA ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO ARACY MARQUES LINARES.

Durante o período colonial até a instituição da república, várias mudanças sociais refletiram os interesses dos setores dominantes. Na educação, especialmente no meio rural, houve poucos avanços. O método pedagógico jesuítico prevaleceu de 1549 a 1759, até que os jesuítas foram expulsos por ordem do Marquês de Pombal. Os escravos foram amplamente excluídos do acesso à educação. Com a chegada da família real à colônia, foram iniciadas algumas medidas educacionais, incluindo a criação de Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, entre outras iniciativas.

Ao longo da história brasileira, desde a Proclamação da República, a educação permaneceu centrada nos interesses elitistas, excluindo a maior parte da população. Mesmo com mudanças políticas, como a Revolução de 1930, que trouxe uma crise para o regime dominante agro-exportador devido à queda nos preços do café e à necessidade de industrialização, a educação rural foi largamente negligenciada até a década de 1930.

A Educação do Campo, inicialmente concebida como uma extensão urbana para áreas rurais, começou a ganhar relevância nesse período. Durante a Primeira República, o poder era compartilhado entre a antiga nobreza, a emergente classe burguesa e as oligarquias regionais, fortalecendo o coronelismo e limitando o acesso à educação.

A crise econômica e a necessidade de mão-de-obra para a industrialização levaram a um aumento da migração rural-urbana. Em 1931, na IV Conferência Nacional de Educação, houve um debate significativo sobre o ensino laico e acessível para todos, contrastando com a educação tradicional e religiosa defendida pela Igreja Católica, enraizada no modelo jesuítico que prevaleceu desde o período colonial.

Os jesuítas impuseram um ensino católico, reservado para índios e elites, baseado no modelo educacional europeu da época, que perpetuava a submissão ao domínio português. A transição para um sistema educacional mais inclusivo e laico só começou a se concretizar mais tarde, refletindo as complexas dinâmicas políticas, econômicas e sociais ao longo da história do Brasil.

No contexto do desenvolvimento capitalista, as classes dominantes no Brasil historicamente menosprezaram a educação da classe trabalhadora, resultando em políticas educacionais que perpetuaram a exclusão e serviram aos interesses da elite. Essas políticas

criaram uma divisão clara entre a educação destinada às elites e aquela disponível para as classes populares, conforme evidenciado pelo documento do MEC/SECAD.

Nos anos do Estado Novo, emergiu a concepção de uma educação adaptada ao meio rural, caracterizada pelo "ruralismo pedagógico", debatido no Oitavo Congresso Brasileiro de Educação da Associação Brasileira de Educação em Goiânia, em 1942. Esse pensamento educacional visava principalmente fixar a população rural, desencorajando o êxodo para áreas urbanas. No entanto, sem um apoio adequado, o ruralismo pedagógico não abordava integralmente os desafios educacionais e socioeconômicos necessários para melhorar a qualidade de vida no campo, incluindo a posse da terra e melhorias socioeconômicas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, em seu artigo 105, estipulou que "os poderes públicos instituirão e apoiarão serviços e entidades que mantenham escolas na zona rural capazes de facilitar a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações profissionais". Isso evidencia que a educação no campo reflete os interesses da classe dominante, frequentemente excludente e urbanocêntrica.

Em suma, a Constituição de 1988 consagrou a educação como um direito público do cidadão, afirmando que "o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo" (Art. 208). Esse fundamento constitucional proporcionou a base jurídica para a legislação ordinária regulamentar e consolidar a educação no campo como parte essencial do sistema educacional brasileiro, reconhecendo sua especificidade e necessidades particulares.

A legislação da educação do campo no Brasil envolve diversos aspectos legais, sociais e pedagógicos. Desde as últimas décadas do século XX, houve um crescente reconhecimento da necessidade de abordagens educacionais específicas para as populações que vivem em áreas rurais. A educação do campo é essencial não apenas para garantir o acesso ao ensino, mas também para promover a valorização da cultura local, o respeito ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Um dos marcos legais mais importantes para a educação do campo foi a Constituição Federal de 1988, que estabelece, em seu Artigo 205, que a educação é um direito de todos e deve ser promovida e incentivada pelo Estado. A lei assegura que a educação deve ser realizada em consonância com a realidade cultural e econômica da população local. Isso abre espaço para a construção de uma educação que dialogue com as especificidades da vida no campo.

Além da Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 é um documento fundamental que orienta a educação brasileira. A LDB

reconhece a educação rural como uma modalidade que deve ser implementada com seus próprios princípios e diretrizes, respeitando as particularidades das comunidades camponesas. A Lei estabelece que a educação deve ser adaptada às realidades locais, promovendo o acesso e a permanência dos estudantes.

Em 2002, o Ministério da Educação lançou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação do Campo, buscando orientar as instituições de ensino na elaboração de currículos que considerem as especificidades do meio rural. Essas diretrizes ressaltam a importância de uma educação que vincule teoria e prática, promovendo a formação integral do indivíduo e fortalecendo a relação com a terra e a cultura local.

O autor Carlos Rodrigues Brandão é uma referência importante na discussão sobre educação do campo. Em suas obras, Brandão defende a educação como um processo de transformação social, capaz de fortalecer a identidade e a autonomia das comunidades rurais. Ele enfatiza a importância de aprendizados que respeitem as experiências e conhecimentos locais, promovendo a participação ativa dos educandos no processo educacional.

Outro autor relevante é Dermeval Saviani, que discute a educação como um fenômeno social profundamente ligado às condições históricas e culturais de cada região. Saviani aponta que a educação do campo deve estar alinhada com as necessidades e aspirações da população rural, buscando a inclusão social e o desenvolvimento da consciência crítica.

A Lei nº 11.947/2009, que trata da alimentação escolar, também é uma importante contribuição para a educação do campo. A lei estabelece a obrigatoriedade do uso de alimentos da agricultura familiar na merenda escolar, promovendo não apenas a saúde dos estudantes, mas também o fortalecimento da economia local e a valorização da produção rural.

Nos últimos anos, o debate sobre a educação do campo tem se ampliado, com a participação de diversos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA). Esses grupos trabalham para garantir a implementação de políticas públicas que favoreçam uma educação de qualidade para as populações rurais, questionando as desigualdades e lutando pela valorização da vida no campo.

Assim, é possível perceber que a legislação da educação do campo no Brasil é pautada por um conjunto de leis e diretrizes que visam garantir o direito à educação para todos, respeitando as particularidades das comunidades rurais. Essa educação, além de formar cidadãos críticos e conscientes, deve contribuir para o desenvolvimento sustentável e a

valorização das culturas locais, refletindo sobre a importância de práticas pedagógicas que considerem essas realidades. A construção de uma educação do campo efetiva é um desafio contínuo, que requer o envolvimento de toda a sociedade e um compromisso com a justiça social.

Tratado os elementos históricos, trazemos as ações pedagógicas das turmas multisseriadas.

As classes multisseriadas demandam uma organização didática particularmente refinada, uma vez que agregam estudantes com diferentes níveis de desenvolvimento e aprendizagem. O docente deve implementar ajustes curriculares específicos e adotar metodologias que integrem teoria e prática, destacando a necessidade de formar grupos homogêneos por série ou ano.

É imperativo que o trabalho em sala de aula seja contextualizado, diversificado e interdisciplinar. Além disso, a avaliação deve ser diagnóstica, processual, formativa e contínua, permitindo a reavaliação e ajuste das estratégias pedagógicas com o objetivo de potencializar o processo de ensino e aprendizagem.

Para enfrentar a realidade heterogênea das turmas multisseriadas, a Escola Municipal do Campo Aracy Marques Linares reorganizou suas práticas pedagógicas conforme a realidade da Instituição. Neste contexto, é preciso salientar os esforços realizados em turmas de alfabetização, analisando o planejamento e identificar os aspectos cruciais para que o (a) discente consiga experiências escolares, concluindo com êxito o processo de alfabetização tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) abrange conteúdos sem levar em consideração a diversidade presente em todo o território nacional. Assim, a adesão irrestrita a essa diretriz pode comprometer significativamente o processo de alfabetização.

As classes com ensino multisseriado são muito presentes nas práticas pedagógicas nas escolas do Campo, consiste em alunos (as) de diversas séries com distorção de idades, tendo aula com um único professor (a), que tem o papel de planejar e aplicar em sua prática conteúdos diferentes em ensino no único espaço. Na Escola Aracy essas práticas ocorrem nas turmas de Educação Infantil Pré I e II (11 discentes) no Ensino Fundamental I: 1º e 2º anos (23 discentes), 3º ano (12 discentes) e 4º e 5º anos (20 discentes), todos de forma multisseriada.

Cada professor (a) planeja e aplica suas metodologias conforme a necessidade de sua turma e faixa etária, realizando uma interação e observando o meio que estão inseridos e se

necessário for realizando adaptações, promovendo assim, a socialização entre os educandos, com essa prática o (a) professor (a) recebe um auxílio dos próprios alunos na ajuda com o outro.

As práticas de trabalho envolvem desde lúdico com brincadeiras de roda, cantigas de música infantis, brincadeiras populares, passa anel, gato mia, estátua, mestre mandou, contação de histórias em momentos de leituras até mesmo rotina de leitura, cartazes de pregas ou outros que estão na sala, leitura espontânea, individual e coletiva e também empréstimo de livros da biblioteca.

As atividades são trabalhos feitos em duplas ou grupos trabalhando pinturas, colagens, desenhos, entre outros meios dinâmicos que cativem os (as) discentes.

As práticas realizadas nas turmas multiseriadas diariamente variaram desde leitura no início das aulas, leituras cronometradas, tabuada diariamente, organização do espaço, de filas em ordem crescente para entrada e saída da sala de aula.

Também está sendo realizado o projeto com a “maleta viajante” que tem como o objetivo proporcionar experiências educacionais diversificadas, envolvendo os (as) alunos (as) de forma dinâmica. A ideia surge afim de oferecer um conjunto de livros, materiais e atividades referentes, que permitem às crianças explorar diferentes temas, culturas e habilidades, promovendo o aprendizado de forma divertida e prática.

O projeto é realizado em formato de rodízio, em que cada criança leva para sua casa com um tempo estipulado para devolução. Assim, consegue explorar a temática proposta juntamente aos familiares, realizar as atividades e devolvê-la para que um próximo colega a leve.

O projeto maleta viajante oferece distintos benefícios para as crianças, variando desde estímulos a curiosidade, incentivando a exploração de novos aspectos até o desenvolvimento de habilidades que propiciam o desenvolvimento das habilidades cognitivas, motoras e sociais.

Esse projeto surgiu na Instituição como uma ferramenta educativa inovadora que combina aprendizado e diversão, permitindo que as crianças explorem novos temas e desenvolvam suas habilidades de maneira envolvente e interativa. Ao proporcionar experiências variadas e estimulantes, a maleta viajante ajuda a criar um ambiente de aprendizagem dinâmico e enriquecedor.

Figura 1: Maleta viajante.



Fonte: Ana Paula Slompo Ferreira, Sandra Regina Mioranza Ferreira e Silvana S.Ludvichak.

Já na escrita como rotina, foi implementado em todas as turmas a realização de ditados de letras, sílabas, palavras, frases e textos conforme cada turma. De forma autônoma é realizado a escrita de listas, frases e textos.

O ditado apesar de ser uma ferramenta pedagógica tradicional, ainda é um método eficaz no Ensino Fundamental I, que pode ser adaptado e trabalhado de forma dinâmica, utilizando balões para estourar. Esse método contribui para o desenvolvimento das habilidades linguísticas e cognitivas das crianças. Assim, é possível observar um aprimoramento da Ortografia, auxiliando na memorização da ortografia correta das palavras a partir do sonoro.

Figura 2: Palavra do dia – Ditado



Fonte: Ana Paula Slompo Ferreira, Sandra Regina Mioranza Ferreira e Silvana S.Ludvichak.

Outra prática adotada pela escola são os jogos pedagógicos que são elencados em todas as disciplinas, visto que desempenham um papel fundamental na inserção e assimilação de conteúdos. Esse método traz uma abordagem interativa que facilita na compreensão de conceitos e habilidades de forma lúdica.

Figura 3: Sala de aula – Espaço lúdico.



Fonte: Ana Paula Slompo Ferreira, Sandra Regina Mioranza Ferreira e Silvana S.Ludvichak.

Além dessas práticas são trabalhados diversos projetos interdisciplinares que estão elencados no Projeto Político Pedagógico – PPP da Instituição escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações pedagógicas desempenham um papel crucial no processo de alfabetização, sendo fundamentais para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita em crianças. O sucesso do desenvolvimento educacional depende da implementação de estratégias pedagógicas bem planejadas e adaptadas às necessidades individuais dos (as) discentes. Métodos eficazes de ensino e abordagens diferenciadas ajudam a criar um ambiente de aprendizagem estimulante, onde os (as) alunos se sentem motivados e seguros para explorar o mundo da linguagem.

Primeiramente, a utilização de práticas pedagógicas diversificadas, como atividades lúdicas, jogos educativos e métodos visuais, contribui significativamente para a compreensão dos conceitos básicos de leitura e escrita. Essas estratégias não apenas tornam o processo mais atraente, mas também permitem que as crianças aprendam de forma mais concreta e

significativa. Além disso, a integração de tecnologias e recursos multimídia pode enriquecer a experiência de aprendizagem, oferecendo novas formas de interação e exploração dos conteúdos.

Outra dimensão crucial das ações pedagógicas é a personalização do ensino. Cada um tem seu próprio ritmo e estilo de aprendizagem, e as práticas pedagógicas devem ser adaptadas para atender a essas diferenças. Isso pode incluir a utilização de avaliações diagnósticas para identificar as necessidades específicas de cada aluno e a implementação de intervenções direcionadas para apoiar áreas de dificuldade. A abordagem diferenciada garante que todos os alunos tenham a oportunidade de desenvolver suas habilidades de forma eficaz e dentro de seu potencial.

A interação entre educador e aluno (a) também desempenha um papel fundamental na alfabetização. A prática constante de feedback construtivo e encorajamento ajuda a construir a confiança dos alunos e a motivação para o aprendizado. A relação positiva entre professores e alunos contribui para um ambiente de aprendizagem seguro e colaborativo, essencial para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.

Ademais, o envolvimento da família e da comunidade na alfabetização é outro fator importante. Ações pedagógicas eficazes frequentemente envolvem estratégias para envolver pais e responsáveis no processo educacional, promovendo a continuidade do aprendizado em casa e reforçando a importância da alfabetização.

Em suma, as ações pedagógicas são determinantes para o sucesso da alfabetização, e isso pode-se observar nas práticas de turmas multisseriadas da Escola Municipal do Campo Aracy Marques Linares, visto que lá, possui um ambiente de aprendizagem envolvente, adaptado às necessidades dos (as) alunos, e promovem o desenvolvimento de habilidades essenciais de leitura e escrita. A implementação de práticas diversificadas, a personalização do ensino, o suporte contínuo dos educadores e a participação da comunidade são aspectos interligados que garantem uma alfabetização eficaz e abrangente, preparando as crianças para um futuro educacional bem-sucedido.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Educação e sociedade: uma análise crítica**. São Paulo: Editora X, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação no campo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Art. 205**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Art. 208**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação do Campo**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2002.

BRASIL. **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a alimentação escolar. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 jun. 2009.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Art. 105**. Diário Oficial da União, Brasília, 21 dez. 1961.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação infantil e ensino fundamental**. Brasília: MEC, 2018.

CONSTRUINDO. **Diálogos na educação inclusiva: acessibilidade, diversidade e direitos humanos**. [E-book]. Editora Realize, 2020. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/ebooks/cintedi/2020/040220211132_E-BOOK--CONSTRUINDO-DIALOGOS-NA-EDUCACAO-INCLUSIVA--ACESSIBILIDADE--DIVERSIDADE-E-DIREITOS-HUMANOS.pdf. Acesso em: junho de 2024.

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO ARACY MARQUES LINARES. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Municipal do Campo Aracy Marques Linares, Guaraniaçu – PR, 2021.

HAGE, Sandra. **A educação multisseriada: desafios e possibilidades**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Educação no campo: Políticas e práticas**. Campinas: Editora Autores Associados, 2007.